



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 4, v. 1 | nov 2015.-abr. 2016  
p. 22-40.

# Apontamentos anal-lisadores: corpos travestis, tempos e subjetivadas compreensões do cu

Adriana Sales<sup>1</sup>

William Siqueira Peres<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto busca ampliar as problematizações acerca das corporalidades, propondo diálogos com o campo teórico das políticas anais e as experiências cotidianas de pesquisas realizadas pelos autores que travam os embates neste artigo; somados aos teóricos que se debruçam na garantia de direitos aos corpos travestis, aos tempos que atravessam essas corporalidades e as problematizações inerentes a estes gêneros dissidentes e as linhas de subjetivações que disparam e/ou demandam posicionamentos éticos e políticos para uma psicologia social implicada com a garantia dos direitos humanos básicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Travestis; Políticas anais; Corporalidades; Tempo.

**Abstract:** This text seeks to expand the problematizations about corporalities, proposing dialogues with the theoretical field of anal policies and the everyday experiences of researches conducted by the very authors who get engaged in a debate in this paper; added to the theorists who focus on ensuring rights to the transvestite bodies, to the times that cross such corporalities and problematizations inherent in these dissidents genders and lines of subjectivities that trigger and / or require ethical and political positions for a social psychology committed to the guarantee of basic human rights.

**Keywords:** Transexual; Anal policies; corporalities; Time.

**Resumén:** En este trabajo se busca ampliar las problematizaciones sobre la corporalidad, proponiendo el diálogo con el campo teórico de los anales políticos y las experiencias cotidianas de la investigación llevada a cabo por los autores que capturan los conflictos en este artículo; añadido a la teoría de que se centran en garantizar derechos a los cuerpos travestis, a veces cruzan estas corporalidades y problematizaciones inherentes a estos disidentes géneros y líneas de subjetividades que desencadenan y / o requieran posiciones éticas y políticas para una psicología social implícito con garantía de los derechos humanos básicos.

**Palabras clave:** transexuales; Políticas Anales; corporeidad; Tiempo.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” da UNESP/Assis, mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), especialista em cultura e Civilização Francesa pela Embaixada da França no Brasil realizada em Paris, graduada em Letras pela UFMT. Ativista do movimento de travestis brasileiras. Membro da atual gestão da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Email: [adriana.salesunesp@gmail.com](mailto:adriana.salesunesp@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP/Assis; Possui graduação (1985) e mestrado (2000) em Psicologia pela UNESP, Doutor em Saúde Pública pelo IMS-UERJ e Pós-doutor em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidad de Buenos Aires. Email: [pereswilliam@gmail.com](mailto:pereswilliam@gmail.com)

Recebido em 3/11/15  
Aceito em 12/12/15

O artigo que propomos, aqui, são diálogos entre o livro “Por El Culo - Políticas anais”<sup>3</sup> de Javier Sáez e Sejo Carrascosa, com as pesquisas em processo dos autores deste, no que tange as marcações, estigmas e relações das práticas anais e seus prazeres, trazendo para essas arenas, com perspectivas das contemporaneidades, as pessoas travestis e suas diversas expressões.

O livro de Saéz e Carrascosa apresenta vários posicionamentos sobre o ânus, sua história na humanidade e impressões políticas, das subjetivadas estereotipações que o mesmo representa para a sociedade contemporânea. O que entra em pauta são as ambiguidades que o cu coloca em jogo, porque provoca tanto a negação, o desprezo, inúmeros medos, muitas hipocrisias, mas também, fascinações, desejos inéditos e múltiplos prazeres.

Os autores nos alertam sobre os marcadores sociais e culturais que se inscrevem sobre o cu, e, nesta perspectiva, fica evidente a necessidade de sabermos se o cu penetrado, é branco ou negro, se é de homem ou mulher, se de um/uma trans, se passivo ou ativo, se no ato é rico ou pobre, se é penetrado por um dildo, um pênis ou um punho, se católico ou muçulmano, e, por fim, sente-se orgulhoso ou envergonhado (SÁEZ & CARRASCOZA, 2011)

Trata-se de estratégias de vigilâncias e controles que, em um primeiro momento, agem externamente aos corpos e depois se tornam reguladores internos, de quem se identifica com as práticas anais.

O cu é um dispositivo de produção bastante ativo na feitura das vidas e dos modos de viver dos autores desse artigo. A primeira pessoa, travesti, militante dos direitos humanos e de garantia de inclusão educacional de travestis e transexuais na educação básica, tem no cu sua marca política, como ela mesma afirma, tem o cu na testa, pois seu corpo experimenta e materializa-se travesti.

O segundo autor, homem gay, apaixonado pelas dissidências, pelos corpos ditos abjetos em todas as suas múltiplas saídas subjetivas, militante, pesquisador e criador de estratégias de intervenções com populações marginalizadas, em busca de produção de pontes entre movimentos sociais e academia, que agenciem o acesso de plenos direitos às minorias LGBTTI. Os estudos e pesquisas advindos das interfaces entre a militância acadêmica e de rua, promoveu o mais feliz dos encontros que agenciou atenção especial às travestis, em uma época que elas apenas sonhavam em viver de dia, e eram apenas vistas por quem também habitava o submundo das ruas, das aberrações e abjeções. Ao compor-se com

---

<sup>3</sup> Editora Polifemo 7 – 10/07/2013.



as travestis, que passaram de sombra a damas do teatro, da militância e da política, encarnaram em seu corpo e o fizeram travesti, no afeto de vida mais pleno e potente que isso possa significar.

As subjetivações anais, neste recorte proposto, são mapeadas como processos culturais dos povos e das civilizações e nos fazem evocar, inúmeras inquietações a respeito desta espacialidade dos corpos, nos dando algumas pistas para ampliar o leque de significações que problematizam certos equívocos ou estigmas, que algumas pessoas enfrentam na contemporaneidade.

Esse ir e vir das várias leituras que podemos fazer (provocar), seja do texto, das pesquisas já existentes e das áreas de conhecimentos, nos dão coragem e muita disposição para incitar rupturas no que tange às significações dos componentes que subjetivam essas sujeitas, suas corporalidades e, em especial, suas expressões políticas, culturais, éticas, estéticas e sociais.

Desse modo, nos propomos a dialogar com esse elemento constitutivo dos corpos, o cú, na formação das expressões das marcas identitárias coletivas, extrapolando os conceitos das identidades fixas, privilegiando as marcações políticas das sujeitas travestis, ou seja, de como esses elementos são interpretados e aprisionam essas sujeitas em identidades totalizadas, sem levar em conta as diversidades das expressões de gêneros, as variadas práticas afetivas, eróticas e sexuais.

Iniciamos nossas indagações refletindo essa escrita-leitura com Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, vislumbrando este ato (de escrever) como nada tendo “(...) a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.3) e, sim, para problematizar as categorizações binárias e universais das práticas corporais e seus prazeres, que nega impressões de uma sociedade carnal em oposição aos aspectos sociais e políticos dos jogos de poder, quando contemplam somente certas expressões dos desejos e afetos, que engendram a vida. Pois, como nos alerta Foucault,

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2005, p.30).

Esse alerta problematiza o poder para certos grupos, como os heterossexuais homens, brancos, de classe média, cristãos, reprodutivos, que se acreditam autorizados a discriminar, violentar e excluir todas as pessoas que diferem de seus modelos binarizados, que negam as possibilidades dos



acréscimos e das flutuações não binárias, e com isso, vão suleando os rumos das sociedades, referendando e validando as práticas corporais permitidas, criando critérios e modelos, daquilo que é aceitável ou não, o que é melhor ou pior, do limpo ou do sujo, do que é normal ou anormal.

Neste sentido, coloca-se para alguns sujeitos e sujeitas, como as pessoas travestis, uma marca ou uma carga estereotipada, via discursos e práticas moralistas de poder, que estigmatiza suas corporalidades, suas práticas afetivas, eróticas, sexuais e suas identidades políticas, principalmente por estarem ligadas supostamente ao sexo anal e às experimentações sexuais, aproximando-se daquilo que Michel Foucault (1985) define como sendo “bio-poder”.

Essa dimensão do bio-poder centrou-se nos corpos como máquinas que buscavam adestrar os mesmos, preocupados com a ampliação de suas aptidões e potencialização de suas forças, o que por sua vez tinha preocupações para que os corpos fossem dóceis e úteis, isto é, se submetessem as ordens do bio-poder, aceitando-as sem criticá-las e produzissem ganhos para o Estado, integrando-se aos sistemas de controle eficaz para a produção econômica, dando condições para a emergência das disciplinas, constituindo assim uma anátomo-política do corpo humano.

Soma-se, ainda, formas de composição das tecnologias sobre a vida no século XVIII, que se centrou nos corpos como espécies, atravessados pela mecânica dos seres vivos que seriam os suportes para os processos biológicos; será através dessa dimensão das tecnologias disciplinares sobre as corporalidades mantidas por intervenções e controles regulatórios, que foram constituídas, de modo complementar, as biopolíticas da população, se incidindo sobre os corpos, fazendo-os como espécie.

Nesta perspectiva, Michel Foucault nos adverte que:

As disciplinas do corpo e a regulação da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1985, p.131).

Logo, as novas frentes de realizações dos desejos e de explorações dos corpos e das corporalidades (das travestis), historicamente, vem atreladas aos pecados cristãos e aos modelos dominantes de culturas patriarcais que sempre hostilizaram certas geografias corporais marcando o mal e o bem, correto e errado, bom e ruim, próprio e impróprio. Novamente, Foucault em sua trilogia sobre



a história das sexualidades (volume 3), faz a assertiva afirmação de que “ainda se está longe de uma experiência dos prazeres sexuais em que estes serão associados ao mal” (FOUCAULT, 1985, p.72).

O prazer é vivenciado ainda como algo pejorativo e fortemente rotulado, este é visto como a força contrária dos padrões culturais da sociedade que se quer estabelecer, somos a todo tempo conduzidos a crença que o nosso “(...) comportamento deverá se submeter à forma universal da lei e em que a decifração do desejo será uma condição indispensável para aceder a uma existência purificada” (ibidem).

Longe destas intenções de manutenções dominantes, mesmo precisando de conceitos sobre alguns termos que buscamos utilizar neste texto, ensaiaremos definir as travestis de maneira sempre *in itinere*, inacabada e com possíveis equívocos, pois mesmo uma destas que vos fala se afirmar travesti, outras travestilidades são possíveis e legítimas.

Sobremaneira, elegemos a categoria travesti entrelaçada por elementos os mais democráticos e livres no que tange as suas corporalidades, práticas afetivas e eróticas das sexualidades; trazendo para os cenários de saberes e das possíveis produções legítimas das expressões dos gêneros, perspectivas que nos parecem mais agradáveis, aquelas na qual acreditamos ao assumi-las ou por pertencimento das mesmas (enquanto pessoa travesti), por apropriação da composição desse gênero feminino em conexão com as masculinidades e outros marcadores sociais, tais como, classe, raças/cores.

Para Larissa Pelúcio estas produções de gêneros travestis sempre em processo tem “(...) caráter histórico, o que indica a permanente construção e desconstrução do mesmo” (PELÚCIO, 2004, p.133). As variantes das relações e dos movimentos constantes e nunca fixos também se dão pelos discursos que estão formulando e reformulando-se, quebrando qualquer hegemonia nas perspectivas de rótulos das expressões dos gêneros.

E ainda, seguindo este raciocínio conceitual sobre as travestis, para Peres,

(...) podemos perceber que o bio-poder, através do imperialismo das leis e das normas, organiza, controla e distribui os corpos, estabelecendo as práticas sexuais permitidas e as proibidas, transformando todos os corpos em reprodutivos, dóceis e ascéticos, capturando, julgando e punindo todas as ações que sejam contrárias ao modelo dado da procriação (PERES, 2015, p. 21).



Apresentamos essas emergentes expressões de gêneros como processos subjetivos, ou seja, construções de novas configurações, comportamentos biológicos, sociais, culturais, morais, contrapondo as expectativas que a sociedade impõe ao que deveria ser “homem” e “mulher”. Neste sentido, a apropriação de outros aspectos do masculino e do feminino extrapolam os rótulos e expectativas de fixidez identitária, que solicitam coerência e inteligibilidade de gêneros (BUTLER, 2003). Logo, ser travesti seria possibilitar experimentações flutuantes no que tange aos jogos afetivos, eróticos, corporais e sexuais, o que nos remete a falar em processos de subjetivação.

Problematizar as expressões de gêneros dissidentes, os corpos, como matrizes das sexualidades, em consequência, o ânus, atravessados pelos contextos históricos das sociedades, demanda, as produções acerca das psicologias que defendemos e buscamos fazer, reconhecer as novas configurações de pessoas e novos processos de subjetivação. Tendo em vista, a forma e os métodos das pessoas se reconhecerem identitariamente nos contratos sociais, elucidamos que as manifestações de corporeidades das travestis e suas múltiplas possibilidades, negam a reprodução binária da pessoa penetrável (mulher) e impenetrável (homem) como rótulos fortemente marcados na contemporaneidade (SÁEZ & CARRASCOZA, 2012).

Nesse sentido, podemos situar já algumas impressões desses cus nas prerrogativas das relações, do penetrar e de ser penetrado, e aí, perceber que, historicamente, nas sociedades ocidentais, heteronormativas, ao penetrar um cu o homem marca sua virilidade e garante a passividade da mulher ou de qualquer que seja a pessoa penetrada a alocando num espaço de desvantagens, rejeição, sem honra; a pessoa travesti, nesta premissa, é sujeita anal, sempre penetrada, ou no mínimo marcada por um cu com menor poder, que nem sempre é penetrado, mas que já perpetua fatores e elementos inerentes ao espaço do feminino a deixando em desvantagens, na maioria das vezes, mesmo sendo possuidora de um pênis e fazendo uso do mesmo, penetrando inclusive.

Observam-se marcadas, então, estas expressões travestis de maneiras estereotipadas, rechaçadas, e novas possibilidades de expressão de gêneros que já nascem sobre fortes presenças de rejeições e estigmas, pois o viril, o dominante, o macho, o adequado (homem) tem seu cu impenetrável, portanto um corpo superior às corporalidades travestis.

Tais fatores determinantes e variáveis dessas construções postas de poder impõem determinados gêneros, com todo seu bojo de subjetivação, em detrimentos de outro. Essas trocas de poderes (mesmo as resistências) sociais pressupõem necessidades de reorientação/ressignificação dos aspectos de



reconhecimentos das travestis que resultem novas conceituações sobre as diversidades de gêneros, afetivas, eróticas e sexuais que estão nos espaços e na história da humanidade há muito tempo.

Os processos de subjetivação dos aspectos femininos podem ser ampliados quando trazemos ao cenário as travestis que extrapolam ao falo, aos usos e reconhecimentos dos corpos e das proporções que o gênero deveria evocar aos padrões heterossexistas e falocêntricos. Deixa de ser, de acordo com Marie Bertini (2009, p.143), “(...) um instrumento que por muito tempo serviu para obrigar-nos a aceitar as formas de sociabilidade tradicional marcadas pelo dispositivo de gênero e pelo discurso de ordem simbólica entendida”, ou mesmo, para reorganizar as expressões das sujeitas que vão desenhando a nova sociedade contemporânea.

Preferimos garantir perspectivas mais democráticas e laicas que borram as binaridades e flutuações entre os aspectos das feminilidades e masculinidades, recusando a manutenção da clausura dos corpos, das corporalidades, das sexualidades e das potências de vida. Corroboramos com as produções de conhecimentos que buscam desmanchar as marcas de poder da heterossexualidade masculina e o cu colocado como espaço (por mais que desejado e intrigante e elemento feminino), como processos de exclusão e de violências humanas contra os corpos dissidentes.

Esse desmanche se apresenta no sentido de ressignificar o que a história vem perpetuando como normal, como aceitável, para o anus, trazendo agora para o campo dos estudos sobre as corporalidades, pois na prática sempre existiram, o que significa, seus prazeres e possibilidades de ser explorado em diversas dimensões. Ou ainda, afirmar que este movimento todo de ressignificação dos gêneros, que abrange as travestis, é garantir processos para além do feminismo patriarcal, visto que, reafirma as potências possíveis e inimagináveis que um corpo pode transformar-se e readaptar-se ou mesmo readaptar-se a tais situações das necessidades humanas.

Trata-se de processos que muitas vezes marcados pelas diferenças binárias são estigmatizados, pois, para Rosi Braidotti (1997, p.126), “(...) em vez de separar da afirmação da diferença a luta pela igualdade, vejo-as como complementares e parte de uma história contínua”. Mesmo sendo pessoas vivendo a travestilidade acabam por coadunar com os ideais contrários ao machismo, pois:

(...) o movimento feminista é o espaço onde a diferença sexual se torna operacional por intermédio da estratégia de lutar pela igualdade dos sexos numa ordem cultural e econômica dominada pelo vínculo masculino homosocial. O que está em jogo é a definição da mulher como um outro que não seja um homem (BRAIDOTTI, 1997, p.126).



Logo, as travestis falam de lugares muitas vezes não enxergados e em/nos tempos que não são visibilizadas politicamente. As histórias individuais se tornam muito particulares e os tempos de cada processo dos corpos, de composição identitárias, intercalam-se aos padrões cronologicamente entendidos aos tempos coexistentes em relação às epistemes da vida travesti, sua formação corporal, suas práticas, prazeres e seus anus.

As formações identitárias políticas e coletivas das travestis e as complexidades têm início nas vivências da infância e adolescência e diversos setores da sociedade assume um papel crucial para a construção desses processos e alienação destas possibilidades de ressignificação dos gêneros. Os espaços sócio-culturais e formativos representam uma amostra do universo da comunidade onde essas sujeitas se inserem e barganham acessos aos saberes, poderes e prazeres. Dessa forma, os discursos institucionalizados não transmitem apenas, eles reforçam valores, saberes e afirmações que muitas vezes constroem ou destroem certas maneiras de viver.

Esses discursos são, de acordo com Félix Guattari e Suely Rolnik (1996, p.5), “(...) uma maneira de separar atividades semióticas (atividade de orientação do mundo social e cósmico) em esferas às quais os homens são remetidos”. As potências destes aspectos semióticos, com as mais variadas intenções de poder podem incluir ou excluir algumas pessoas da sociedade. E, ainda para os autores supracitados, “(...) tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades” (1996, p.5)

Esses sistemas discursivos, de significação social e suas práticas, fazem com que travestis acabem por ficarem à mercê de uma estrutura psicossocial, política e cultural que não contempla suas necessidades e adversidades, estabelecendo conflitos internos e externos sobre suas construções identitárias políticas, suas possíveis expressões de gêneros, seus corpos e seus lugares na sociedade.

Esses conflitos gerados pela emergência de visibilidade dessas pessoas podem ser positivados enquanto dispositivos de resistências às normas de sexo e de gêneros, ao mesmo tempo, que, inauguram a necessidade de ampliação de teorias e metodologias arcaicas e descontextualizadas por terem sido construídas/inventadas em outros tempos sócio-históricos.

Ao transporem as fronteiras, e saírem das margens do circuito social, as travestis agenciam oportunidades para as pessoas e para as produções acadêmicas, reverem seus conceitos e se conectarem com as reivindicações de direitos das novas formas de vida e de corporeidade, que





ganham visibilidades em tempos trans-contemporâneos, visibilidade esta advindas das árduas lutas dos coletivos organizados. Desta feita, as travestis anunciam novas estilísticas da existência e novas configurações de como ser/expressar os modos de ser mulher, ser homem, ser heterossexual, ser homossexual, pois para além dos sexos e dos gêneros estamos falando de pessoas, de gente.

Ainda que seja paliativo, existem travestis que ainda escondem-se atrás de figuras dadas politicamente como hetero-corretas e apresentam barreiras em se reconhecer, em se formar plenamente frente as suas demandas de singularidades, tais como, explorar seus corpos reais, seus anus, suas “necas” (pênis) e ter prazer nisso (SALES, 2012).

Negam-se em se apropriar da construção de identidades políticas e de expressões de gêneros que realmente lhes cabem, pois precisam de liberdade para exercitar seus direitos fundamentais à singularidade, de criar novas corporalidades e com isso novas relações com o mundo, com as pessoas em seu entorno e consigo mesmas. Pois,

(...) tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modalidade de identidade, ou a identificações como pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 27).

Essas proposições constituem tessituras de ideias, poderes, prazeres e experimentações do que se quer como travesti, mulher, homem, que captam os gêneros e identidades não fixas possíveis, novos, seus prazeres e dissabores, recusando qualquer reducionismo que atropela as possibilidades contrárias, inclusive pelos discursos que excluem, violentam e estigmatizam toda e qualquer dissidência da norma.

Nessas configurações, daquilo que cartografamos como aceitável ou não, precisamos também analisar as temporalidades dessas sujeitas sem falsas expectativas do tempo, que se apresenta de forma impositiva, cronológica, contrapondo-se aos sentidos de alteridade do que é viver na sua mais dinâmica realidade pessoal, também coletiva, numa sociedade. Pois, nessa dimensão problematizada, os resultantes dos processos psicossociais, políticos e culturais dessas pessoas transformam ou não a sociedade vigente que deve se apresentar como democrática, laica, ética e estética, inclusive sobre os anus.



## O Tempo da TRANS-formação

As produções dos conhecimentos que fazem das pessoas senhoras das decisões, nessas novas conexões e práxis dos tempos, realça as noções que a contemporaneidade apresenta, rompendo com a centralidade num único universo: de Deus, do tempo canônico e cartesiano.

Nesta perspectiva, as aquisições de progresso e transformação caminham em processos paralelos, articulados, mas, não únicos e também com propósitos alheios às processualidades e formação humana em tempos muito mais democráticos e com nuances de especificidades que vão para além das premissas etapistas de vida.

Os caminhos desses processos se fazem para além do progresso capitalista, inclusive dos e nos corpos, e essas articulações de mudanças vão se caracterizando pelas padronizações, fenômenos de subjetivação das travestis e processos culturais multifacetados das sociedades em crise.

Essas crises se estabelecem numa constante como componentes do desenvolvimento humano. Viver é movimentar-se, formar-se pelas inconstâncias do ser, de mapear onde se está e de compor as existências de ser no sentido contemplativo da felicidade, dos prazeres e das realizações pessoais, afetivas, eróticas, sexuais dentro do registro do coletivo.

Os confrontos das expectativas reais, aqui, com olhares temporais, criticizam as etapas em que cada grupo está e em qual condição as suas atrizes e atores nela se pactuam. As moralidades atravessam as noções que as pessoas querem nesse progresso e como este deve portar-se e comportar-se perante os outros e para si mesmos, ou pelo menos como se deseja que as pessoas apresentem seus corpos e desejos nos padrões ocidentais binários vigentes.

Para David Le Breton (2006, p. 9) “(...) a expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vividas de acordo com o estilo particular do indivíduo”, logo as travestis tem suas impressões sobre os corpos que também se multiplicam de travesti para travesti.

Nesse contexto atual, não cabem as travestilidades, suas expressões afetivas, eróticas, sexuais, de gêneros, identidades políticas de seus tempos, seus corpos e os prazeres possíveis. Pois, o tempo captura as sociedades culturais por ser constituído e determinado nas intenções dos contratos sociais e políticos. Traz a cultura concebida nas sociedades apresentadas em estágios civilizados nos moldes enquanto civilização branca, burguesa, machista e misógina não cabendo



aquilo que foge ao que não foi aprendido. Dessa feita, os outros, novamente em Breton (2006, p.9), “contribuem para modular os contornos de seu universo e a dar ao corpo o relevo social que necessita, oferecem as possibilidades de construir-se inteiramente como ator do grupo de pertencimento”.

Uma civilização que marca o ânus como espaço de recusa, de rejeição, sujo, passivo de pena se mostra como imperativo higienista. Porém, muitas pessoas, nos vários tempos das histórias de vidas contradizem essa determinação e fazem uso, prazeroso, do anus, recusando os aspectos de dominação reducionista bio-política.

Dessa feita, as travestilidades retomam os olhares que se tem, via resistências, se tornando sujeitas de suas verdades para garantia de uma sociedade com equidades de direitos, porque, de acordo com Deleuze e Guatarri (1995, p.8):

(...) seremos seguidamente obrigados a cair em impasses, a passar por poderes significantes e afetos subjetivos, a nos apoiar em formações edipianas, paranoicas”, como insistentemente busca reafirmar o processo hegemônico de uma humanidade binária, essencialista e generalista que é contrariada pelas novas perspectivas das corporalidades, “ou ainda piores, assim como sobre territorialidades endurecidas que tornam possíveis outras operações transformacionais” (ibidem).

As configurações de autonomia sobre os corpos e independência nas concepções das expressões das sexualidades e dos gêneros não dão conta dos fatores que diferem do que já lhe foi apresentado ou do que já foi garantido culturalmente, mas, de maneira contraditória, marginal e atemporal à sua época.

Cada pessoa afere suas alternativas de convívio em níveis únicos e particulares que não se assemelham ao de seu grupo. Cada contato pode provocar situações de desconstrução das competências já adquiridas e se renova a cada novo contato em sua total complexidade, portanto, é impossível encontrar duas pessoas iguais ou mesmo dois cus iguais. Vivemos em um mundo diverso em que as diferenças ganham novos contornos, o que por sua vez solicita novos direitos e novas posições de sujeitas e sujeitos. Nesta perspectiva, Guacira Louro (1997, p. 24) aponta “os sujeitos, como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam que não são fixas ou permanentes, podem até mesmo ser contraditórios”.

Nesse sentido, visibiliza-se os constructos psicossociais e culturais estabelecidos e manifestados pelas escolhas das pessoas imbuídas dos valores tradicionalistas das concepções



restritas aos marcadores ortodoxos de gênero. Os acontecimentos de cada situação das vidas e dos tempos que a compõem são pré-determinados sequencialmente e não são flexíveis, potencializando a objetivação do humano ao invés da subjetivação.

As experimentações dissidentes são impossíveis de vir à tona e toda possibilidade que rompa com os moldes e tempos cronológicos impostos nesses momentos sócio-culturais e políticos dos grupos é negada enquanto transformação humana.

Desta feita, negam-se as expressões das diferenças humanas em nome de posições neoliberais que privilegiam padrões assépticos e normativos dos modos de existências, reificando práticas fascistas e conservadoras que deveriam ser vistas como questões de outros tempos e contextos do passado. Ou ainda, de acordo com Judith Butler (2003), até os gêneros são esperados dentro de expressões coerentes e inteligíveis, caso contrário, recebem o tratamento de abjeção, logo, sem reconhecimento como sujeitas de direitos.

Quanto mais multiculturais são as pessoas, mais difíceis serão suas coerências e inteligibilidades diante dos padrões hegemônicos. Assim, a travesti se apresenta com elementos que transbordam aos conhecimentos que pensamos possuir. Ela se posta, através, principalmente, de seu corpo e do seu desejo, como condição imprescindível da construção de sua expressão feminina agregada às masculinidades.

O corpo é espaço e tempo referencial para as possibilidades de ressignificação de seu ser e dos modos de viver. A organização interna e externa desse processo imagético fornece elementos, também pré-estabelecidos pelos seus próprios pares e grupos, que irão identificar que sua formação é condizente com o conceito estabelecido desse novo gênero: a travesti, podendo apresentar um anus ativo e prazeroso.

Uma marca (um rótulo) que traz consigo, por mais prazerosa que possa parecer (ser), a exploração anal nas relações sexuais, seja da penetração (passivo X ativo), seja do sexo oral, parâmetros sociais que foram se fortalecendo nos processos culturais marcando o tom depreciativo destes atos. Pois, tudo o que vem das costas, como atacar um inimigo por trás, é elemento de repulsa (SÁEZ & CARRASCOSA, 2011). Ou mesmo tudo o que vem ou signifique a imagética feminina é marca das diferenças entre o dominador e dominado.



Os espaços potencializados para essa elaboração de conhecimento dos sexos, dos gêneros e os tempos que lhe são oferecidos nada contribuem para uma afirmação de identidades políticas autênticas para os desejos dos movimentos organizados coletivos dessas sujeitas. A travesti se constitui paralelamente aos processos temporais que o grupo ditador ao qual pertence estabelece enquanto aceitáveis, ficando sempre às margens de uma definição concreta de ser e existir. Então, os processos de transformação são automaticamente reagentes aos confrontos e essas pessoas se colocam frente a um combate que se torna histórico. Inclusive ao explorar seus corpos (especialmente seus anus).

Ao utilizar esses aspectos de luta e posicionamento de direitos, saberes, poderes e prazeres, manifestações nas suas construções de sexo, gênero, corpo, nome, anus e em todas as possibilidades de significação social, as travestis demandam uma revisão dos padrões psicossociais, morais e éticos que até então não contemplavam essas pessoas. Suas lutas constantes pela efetiva participação nos processos da vida, para além do mundo marginal, se tornam elementos fundantes para uma transformação nas dinâmicas de organização social, política e cultural.

O cu não deveria marcar qual tipo de pessoa se quer num grupo, ou as que são reconhecidas como padrões aceitáveis, invejáveis, a serem seguidas. Quem o utiliza (o cu) de maneira contrária ao que se estabeleceu na história como natural (de ser biológico/para defecação) não pode ser rechaçado, anulado, estigmatizado e excluído dos patamares de status honrosos de dignidade, mesmo porque, para Debora Britzman,

(...) a sexualidade é central à questão de se tornar um cidadão, uma cidadã, de criar um eu capaz de defender-se, de sentir de forma apaixonada, a situação dos outros, de criar uma vida a partir das experiências de aprender a amar e de fazer dessa aprendizagem do amar, o amor por aprender. Esse direito a construir a sexualidade é, assim, composto de movimentos minúsculos e cotidianos: o direito a construir o eu, o direito ao prazer, o direito a informação adequada, o direito a fazer perguntas, o direito a ler, o direito ao juntar-se ao social, o direito à curiosidade, o direito a amar (BRITZMAN, 1999, p.156).

Esses elementos todos de rejeição de amar, poder amar, ser amada, direito de amar e se deliciar com o ânus amante, de explorá-lo, fazem com que grande parte das pessoas fiquem tentadas e se esforcem em perpetuar os padrões heteronormativos e sexistas que sempre impuseram normas a todos os seres, mas por outro, há a própria necessidade, não de redenção, mas de contemplação e de resistências desses seres que existem, são reais e relutam na ressignificação e transformação das



identidades/expressões humanas que ousam positivar as práticas anais. Mesmo porque, como nos adverte Michel Foucault (1985/2005), onde há poder há potências de resistências.

As diferenças entre as pessoas, suas singularidades, e o reordenamento nos moldes binários de possibilidades identitárias não mais se explicam e garantem uma história verídica da atualidade, pois mudanças diárias nos eventos do cotidiano nos apresentam e se atualizam nos fazejamentos das relações das pessoas que vão interagindo nesse processo e atribuindo novos olhares e sentidos para esses fatos de maneira mais democrática e laica, ou seja, numa outra perspectiva de tempo.

As territorializações que são politicamente marcadas no/pelo cu estabelecem os parâmetros de inclusão e exclusão. Estigmatizam os grupos e reproduzem nestas territorialidades o mundo (espaço) masculino e feminino. Então, cartografar lésbicas “masculinizadas”, por exemplo, é significar, positivamente essas pessoas, que compõem as sexualidades humanas dentro de uma lógica ampliada, que dá passagens para que novas sujeitas e sujeitos possam ser reconhecidos como pessoas, como cidadãs e cidadãos de direitos.

Já a travesti, definida, assumida, contemplada e respeitada, consegue, dessa maneira, romper com uma supremacia há tempos perpetuada em nossa sociedade heteronormativa e falocêntrica que hierarquiza os conceitos binários e não contempla essas pessoas, mas que, nesse novo tempo criativo, ganha espaços de problematização e inclusão numa era de emergência de novas estilísticas de vidas da humanidade e sua história. Pois, para Peres (2012),

(...) a escolha por essa estética, por esta estilística da existência, se defronta com resistências, discriminações e sofrimentos, que nos levam a refletir a respeito da dor que é experimentada e sofrida pelas pessoas que se decidem por essa forma de existir no mundo, ousando ultrapassar os limites de seu próprio corpo, em função de sua felicidade (PERES, 2012, p. 15).

Quando seus corpos são negados, disciplinados, mutilados, escondidos, algumas travestis ficam recalçadas em seus desejos, necessidades e muitas vezes vivem em processos de gêneros clandestinos, adequando-se aos padrões binários dos gêneros normativos. E, quando se dispõem a viver como desejam, pagam o preço alto, muito alto, seja pela violência (muitas vezes física e emocional), exclusão, discriminação e tortura.

Nesse sentido, os elementos que compõem as travestilidades confrontam os anseios restritos à heterossexualidade, principalmente na premissa do “cu”, pois suas categorias imagéticas



desordenadas, temporais e de identificação de gênero, inclusive nominais, agridem os limites do aceitável, mesmo sendo pessoas desejadas pelos próprios homens e mulheres heterossexuais.

Desta forma, “as travestis apresentam uma desconstrução do que seria coerente e suportável frente aos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, prática sexual e desejo, iluminando definitivamente uma tendência *queer*” (ibdem). São possibilidades e perspectivas de vidas que viabilizam o exercício da cidadania. Viver como se deseja, como se quer e de maneira a ser feliz. Um *queering* (diferenças em processo) potente que dá às sujeitas o poder de transitar para além dos aspectos que foram normatizados, historicamente, como única possibilidade de expressão do masculino e do feminino. É o que mapeamos como um tempo trans-contemporâneo, que, para Rosi Braidotti (2006),

(...) indica uma transferência intertextual que atravessa fronteiras, transversal, no sentido de um salto desde um código, um campo ou um eixo a outro, não como um modo quantitativo de multiplicidades plurais, mas, no sentido qualitativo de multiplicidades complexas. Não se trata apenas de entretecer linhas, como variações de um tema, mas de interpretar a positividade da diferença como um tema específico em si mesmo (BRAIDOTTI, 2006, p. 20).

Ou seja, problematizar todo esse complexo processo de diálogo com o cu é também vislumbrar um tempo possível, expressões possíveis, gêneros que transbordam os padrões binários totalizantes e corpos que são prazerosos. É receber todas essas informações sem falsas expectativas, sem falsos pudores. É transitar por entre essas possibilidades, mesmo tendo uma marca própria de existir, sem rejeitar que outra pessoa possa ser diferente de sua marca estabelecida, mas que é legítima e que pode ser feliz.

## Considerações anal-lisadoras

As questões disparadas neste texto marcam os posicionamentos políticos emancipatórios que nós assumimos ao trazer dispositivos que emergem algumas situações ou platôs de possibilidades que atravessam as travestilidades, marcadas por suas vivências, que ora são incluídas, ora excluídas; e, algumas demandas que se apresentam enquanto urgências da trans-contemporaneidade. Obviamente, somamos todas as leituras, escritas e enredamentos dos conhecimentos que buscamos explorar neste texto às experiências que tivemos, agregamos, acreditamos, almejamos no decorrer de nossas vivências acadêmicas, práticas anais e dos afetos.

Estas problematizações apontam várias questões, demandas e pluralidades de vidas que ressignificam o que tem sido produzido sobre as travestilidades, as possíveis estilísticas de



expressões de gêneros que foram sendo forjadas ao longo dos processos dos estudos dos corpos; possíveis, mas não rígidas, únicas, situações que jamais nos eram particulares, porém que reverberam a necessidade de rever e agregar outras nuances dos cotidianos que, em alguns momentos, através do cu, marcam, tem o poder de ditar comportamentos, regras, que ditam quem somos, qual o papel que nos é dado, ou como devemos ser rotuladas (as travestis), mas que necessitam, urgentemente, de novos e democráticos olhares que tratem as práticas anais inerentes às condições humanas de forma positiva.

Todo o contato com as mais variadas travestis, que atravessam nossas vivências, é intenso. Somado as atuais produções acadêmicas atuais nos obrigam retomar os conceitos, as leituras e as significações que tínhamos sobre os gêneros (suas expressões), as masculinidades, as feminilidades, as corporalidades, as sexualidades e todas as potencias de vidas possíveis e reais. Logo, os dispositivos que fixam o que é ser homem e mulher (gêneros e corporalidades únicas) se destituem frente aos poderes que buscam forças, como as travestis, para contrapor os sistemas essencialistas, naturais, binários, excludentes, cristãos e marginalizadores.

Neste sentido, ressignificar positivamente as travestilidades e as práticas anais, enquanto outras possibilidades de viver entre as expressões do feminino e masculino, nos aproximam de Joan Scott (1995, p.93) na assertiva de que, “(...) homem e mulher são ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes”. Ou seja, a ausência de atributos tais como classe social, raça/cor, expressão de gênero, idade, estado civil, religião, orientação sexual, nacionalidade, entre outros marcadores sociais, reduz a idéia de mulher, de homem a um viés essencialista e distante dos processos sócio-históricos que demarcam políticas restritas aos higienismos.

Primeiramente por acreditarmos nesses vazios produzidos pela heterossexualidade compulsória e o falocentrismo que impedem acessos a direitos igualitários equivalentes para as travestis, que se fazem ou que negam ao que se transborda do feminino e de vida, depois, por estarmos imbricados nesses processos de transbordamentos; seja pela paixão de experimentar e viver a liberdade em tempos que não sejam excludentes e que não se mostram como ditadores de posicionamentos da vida; seja por não coadunamos, como Scott, que essas versões binarias e totalizantes dos corpos e das vidas reduzidas às biologias são “vazias, porque não tem nenhum significado último, transcendente” (SCOTT, 1995, p.83).

Corroboramos com os borrimentos dos gêneros que, perpassados pelas corporalidades, pelas constituições identitárias dos grupos políticos e as amplas estilísticas e marcas de vidas, somados às





práticas anais, não resultem em estigmas e refutam os padrões heteronormativos absolutos. Ou mesmo “(...) transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (ibidem).

É fato que esse transbordar vai desestabilizar os contratos sociais, de gêneros e sexuais que imperam pelas ordens dadas do poder. São resistências que, através dessas novas expressões de sexos e gêneros, não mais fiquem à mercê da marginalidade, dos jogos que vão se estabelecendo pelas trocas sociais que fazem, por exemplo, que as travestis, recuem, nas sociedades ocidentais, para nichos que, na maioria das vezes, são contextos nas quais são reconhecidas como menores, sujas, anormais, anais, ligadas ao prazer sexual e somente existem por terem uma sexualidade dissidente.

Obviamente acreditamos que não é a sexualidade que deva ditar e não ditar as identidades políticas e as organizações dos coletivos de contestações, mas os grupos dominantes (heterossexuais) insistem em marcar esse único espaço da vida como determinante para afirmar o que se é nesse grupo. E ainda, para Foucault (2005, pp.101-102), “(...) a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão constante, a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentando, desde então”, reforçando novamente as perspectivas significativas que defendemos das temporalidades em relação à formação das pessoas travestis e seus corpos como marcas destas expressões, pois ainda em Foucault, a sexualidade humana “(...) vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elementos nas relações de poder” (ibidem).

Somamos, também, as potências dos discursos aos valores morais, éticos, sociais, culturais e políticos que vão delineando-se sobre as pessoas travestis e marcando, nessa troca poderosa, seus espaços, suas possibilidades de vida e como devem portar-se e comportar-se nos fazejamentos diários. Estes discursos irradiam forças maiores que a bomba atômica, pois se nos atentarmos aos dados midiáticos diários, de violências, pode-se notar quantas travestis são brutalmente assassinadas e violentadas nos cotidianos. São essas violências experimentadas nessas relações que as tornam impossibilitadas, muitas vezes, de terem contatos com outras pessoas durante o dia ou em espaços de convívio (comércio, lojas e locais públicos).

São discursos que entoam os níveis de respeito e de visibilidade para com as outras pessoas, fortemente marcados pelos significados dos corpos, das sexualidades, dos gêneros, dos prazeres e das práticas anais, ou do que se espera desses processos binários. São discursos sexuais que, para Foucault (2005, p.101-102), “(...) não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, as relações inter-individuais, etc”.



Apostamos, então, que problematizar as tentativas de capturas e reducionismos das práticas anais, é fazer emergir novos discursos mais democráticos e inclusivos sobre os usos dos corpos e, ainda, em perspectivas foucaultianas, como sendo

(...) um conjunto heterogêneo que estava recoberto pelo dispositivo da sexualidade que produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a idéia de sexo” (FOUCAULT, 2005, p.259).

Ao propor um arremate anal-lisador de nossas intenções provocativas, apresentando a defesa incondicional da queda da heterossexualidade binária que há tempos perpetua seu jogo de poder e inquisição aos gêneros humanos, defendemos, então, democratizações temporais e corporais, das estilísticas das existências das sujeitas travestis, ou de qualquer forma de existir, assim como, de novas concepções sobre o cu, suas práticas e seus prazeres. Fazemos a defesa por acreditarmos que este padrão (discursivamente) heterossexual jamais contemplou todas as possibilidades de sermos humanas e humanos e nos subsidiamos em Preciado (2002) quando afirma que:

A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente em cada corpo recém-nascido deve reinscrever-se ou reinstituir-se através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2002, p. 23).

Dessa maneira, deixamos todas essas acaloradas manifestações discursivas de rejeição a tudo que possa ferir a existência das pessoas travestis, como nós (travestis e pessoas apaixonadas pelas mesmas) às práticas anais, de maneira respeitosa e inclusiva. Pois, ampliar as produções sobre as expressões de gêneros e as sexualidades é abrir espaços para novas problematizações, ou seja, jamais reduzir as relações das pessoas a padrões identitários estanques. Como diria Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2012, pg.14) *abra su culo y se abrirá tu mente*.

---

## Referências

- BERTINI, Marie. *J. Ni d'Éve ni d'Adam – Défaire La différence des sexes*. Paris: Max Milo, 2009.
- BRADOTTI, Rosi. *Sujeitos nômades*. Bueos Aires: Paidós, 1997.
- BRADOTTI, Rosi. *Transposiciones: sobre La ética nômade*. Gedisa Editorial: Barcelona, 2006.
- BRITZMAN, Dedorah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: Louro, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



- DELEUZE, Gilles. & GUATARRI, Félix. *Introdução: Rizoma. Mil Platôs (capitalismo e Esquizofrenia)*. 1ª. ed., v.1. Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber – volume I*. Rio de Janeiro: Graal, 1985/2005.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. (1986/1996). Subjetividade e história. In: \_\_\_\_\_. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis; Vozes, 1986/1996.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. (Trad. de Sonia M.S. Fuhrmann). Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELÚCIO, Larissa M. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista Antropológicas*, ano 8, v. 15 (1); 123-154, 2004.
- PERES, Wiliam Siqueira. O mal estar das sexualidades e dos gêneros contemporâneos e a emergência de uma psicologia queer. In: *Gênero, corpo e ativismo*. Cuiabá-MT: UFMT, 2012.
- PERES, Wiliam Siqueira. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2015.
- PRECIADO, Beatriz. (2002). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madri: ópera Prima, 2002.
- PRECIADO, Beatriz. *Texto Yonki*. Barcelona: Espasa, 2002.
- SÁEZ, Javier & CARRASCOSA, Sejo. *Por El culo. Políticas anales*. Editor digital: Polifemo7, 2011.
- SALES, Adriana. *Travestildades e escola e narrativas de alunas travestis*. Rondonópolis, UFMT, 2011.
- SCOTT, Joanna. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez., 1995.

